



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A INSERÇÃO DO MEIO RURAL AO COTIANO ESCOLAR

Autor: Ana Flávia Alves de Sales

Universidade Estadual da Paraíba. Email: anasales042@gmail.com

INTRODUÇÃO

Como professor entendemos que é importante fazer esta relação entre campo e cidade, inserindo este conteúdo de forma dinâmica, buscando que o aluno participe e se interage em sala. Possibilitar situações de ensino aprendizagem que deixem marcas positivas em nossos alunos é compromisso de cada um. O projeto foi realizado na ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DOM ADAUTO com intuito de proporcionar aos alunos conteúdos didáticos que esteja no cotidiano do discente. Em uma pesquisa realizada na escola na turma do 1ºano A, foi constatado que 65% presente dos alunos residem na zona rural, assim em discussão com demais colegas docentes buscou-se alternativas de práticas pedagógicas que estivessem relacionados à vivência deles.

Temos o entendimento que o campo caracteriza-se como um lugar diferente da cidade e como um território marcado por uma intensa diversidade social, política, cultural, econômica e ambiental. A diversidade está nas formas de se relacionar com a natureza, nos modos de produzir, comer, falar, festejar, lutar por direitos etc.

Essa diversidade revela formas e tempos próprios de organização e produção de saberes, conhecimentos, valores e singularidades culturais que devem ser respeitadas e consideradas nas propostas pedagógicas e nos currículos escolares para que assim a escola tenha significado e importância real na vida desses sujeitos, sem deixar, de modo algum de prover a população do campo de saberes necessários, ou seja, de se apropriarem dos conhecimentos produzidos pela humanidade.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Neste sentido o currículo escolar tem papel fundamental na organização dos conhecimentos e no respeito à diversidade dos sujeitos. O currículo enquanto artefato da educação escolarizada é algo que surge na passagem do século XVI para o século XVII. Contudo até a década de 1960, as questões curriculares estiveram desligadas dos problemas sociais, de modo geral. A partir de então, com a nova Sociologia Educacional, o enfoque sociológico começado na Grã- Bretanha e França se espalha pelo mundo. Tal enfoque centrou seu interesse em analisar como as funções de seleção e de organização social da escola, que subjazem nos currículos, se realizam através das condições nas quais seu desenvolvimento ocorre” SACRISTÁN: 2000, p. 19).

Assim ao em vez de conceber o currículo como algo dado, que explicaria o sucesso ou o fracasso escolar como variável dependente numa perspectiva na qual a variável independente são as condições sociais dos indivíduos e dos grupos, é preciso considerar também os procedimentos de selecionar, organizar o conhecimento, ensiná-lo e avaliá-lo, pois são mecanismos sociais que deverão ser pesquisados. Os artigos 208 e 210 da Constituição de 1988 e na LDB 9.394\96 que tem por referência uma concepção de ruralidade que se estabelece como um espaço específico, diferenciado e, ao mesmo tempo integrado ao conjunto da sociedade, a Lei nº 9.394\96– LDB estabelece em seu artigo 28 que:

Art. 28. Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – Conteúdos curriculares e metodológicos apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – Organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e condições climáticas;
- III – Adequação à natureza do trabalho na zona rural;

Este artigo da LDB que trata especificamente da educação básica para a população rural reconhece a diversidade sócio cultural e o direito à igualdade e à diferença, sem propor uma ruptura com um projeto global de educação explicitado no artigo 26 da mesma lei que concebe uma base



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

nacional de formação, contemplando as especificidades regionais e locais em relação a cultura e a economia da comunidade atendida.

O projeto tem como intuito evidenciar de que forma se dão as relações de poder nas zonas de contatos interculturais, espaços sociais em que culturas díspares se encontram, se chocam e se entrelaçam uma com as outras, frequentemente em relações assimétricas de dominação e subordinação, que é o caso da relação entre povos do campo e moradores da cidade, em que uma cultura se sobrepõe a outra de forma a se posicionar como “melhor”, “evoluída”, “adequada”, “certa” etc. Assim o referente projeto tem como intuito trabalhar o tema agricultura.

É preciso reconhecer, valorizar e legitimar projetos pedagógicos de educação na diversidade enquanto princípio, com estratégia de respeito às diferenças e aos saberes dos sujeitos coletivos e de seus processos específicos de produção da vida, na diversidade: cultural, política, econômica, de gênero, de geração, étnico-racial e de ecossistema, sendo assumido pela escola como fonte de estudo, de saberes e de convivência.

METODOLOGIA

O projeto desenvolvido “A EDUCAÇÃO DO CAMPO AOS ALUNOS DA CIDADE” entre os alunos proporcionou discussões e reflexões, sobre a importância da agricultura no cotidiano local. Este, iniciado em julho com finalização em setembro do presente ano, consistiu em proporcionar um curso informativo sobre a agricultura nas turmas da 1ª série A, do Ensino Médio da Escola Estadual Dom Adauto no município de Serra Redonda, adotando, portanto etapas sistemáticas de planejamento de modo que o processo de aquisição dos conhecimentos acontecesse de forma dinâmica e prazerosa.

A priori enfrentar a diversidade dos alunos não foi uma tarefa fácil, sobretudo devido à agressividade presente no comportamento de boa parte deles.

Contudo, ao longo da experiência percebe-se que poderia aproximar-mos dos educandos conhecendo o universo dos mesmos. Indo de encontro a alguns ditames estabelecidos pela escola me dispus a construir estratégias de aprendizagem que fossem significativas para os discentes. Para



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

tanto, mais uma vez, foi preciso rever a prática, refletir sobre o meu fazer. Ao possibilitar momentos de interação pode-se conhecer boa parte das realidades dos educandos e constatando a importância do diálogo. Obviamente tal processo não foi simples, tampouco rápido.

O projeto iniciou-se com a discussão sobre a agricultura e a importância dela em nossas vidas, discutindo os seus conceitos históricos, apresentando as etapas de desenvolvimento agrícola, os fatores naturais que interferem na agricultura, os fatores naturais, as mudanças na agricultura num mundo tecnológico, as estruturas fundiárias e os sistemas de produção.

Na segunda semana do projeto as discussões continuaram sobre a exploração da Terra, os principais problemas da agricultura, a Reforma agrária em seguida os alunos produziram relatórios para serem debatidos. Os discentes que menos participavam das aulas interagiam de forma dinâmica e prazerosa, os mesmos relatavam os acontecimentos das práticas rurais em seu cotidiano.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos mostraram que os alunos envolvidos no projeto se apropriaram de novos conhecimentos sobre a temática envolvendo a agricultura e tornando multiplicadores de informações e construtores de novos saberes, construindo de forma colaborativa estratégias que valorizem a importância de se ter uma vida saudável, disseminando os conhecimentos adquiridos na qual faz parte. Além disso, os alunos que se mostravam desinteressados pelas aulas de geografias e que achavam as aulas monótonas mostraram uma maior assiduidade em sala e uma maior participação nas atividades, melhorando suas notas.

Como mediadora desse trabalho procurou-se agir e realizar ações educativas que pudesse influenciar e também receber influências positivas ou negativas no cotidiano da sala de aula.

As relações que permeiam o bom andamento do processo de ensinar e aprender, no contexto escolar, vão além do simplesmente “passar” o conteúdo e do “adquirir” de forma passiva tais conhecimentos.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A cada aula uma barreira foi transposta e, assim, as relações construídas tornaram-se mais humanas, a construção do conhecimento ganha novos sentidos e, por conseguinte a aprendizagem tornou-se mais significativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBACHE, R.B . Ana Paula. A identidade docente no contexto multicultural: implicações para o fazer pedagógico. Revista de educação CEAP, Salvador, nº 30, p. 37-48, Set/Nov 2000

BRASIL, LEI n.º 9394, de 20.12.96N que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário da União, ano CXXXIV, n. 248, 1996

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

_____ LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

CANDAU, V.M.F. Sociedade, Cotidiano Escolar e Cultura(s): Uma aproximação. Educação & Sociedade. Campinas: CEDES, nº 79, 2002. p. 125-161.

MARCEL, Mazoyer, Laurence Roudart História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD,2010.568p.: il.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MENUCCI, Sud. A ruralização. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1944

PRODUÇÃO E INDUSTRIALIZADOS DE ALIMENTOS. Disponível em:
<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000013627.pdf>. Acesso em: 04/08/2014

VEIGA, José Eli da. Cidades Imaginárias. O Brasil é menos Urbano do que se Calcula. Campinas-SP, Editora Autores Associados, 2002.

SACRISTÀN, A. J. Educação, sujeito, história. São Paulo: Olho D'Água, 2002

SILVA, T.T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.